

A hora de Mandela

Colin Darch *

A chegada de Nelson Mandela oferece aos brasileiros de todas as raças uma oportunidade de ver, pela primeira vez, um autêntico herói negro dos nossos tempos. A sua visita, porém, deve estimular toda a gente neste país a aprofundar o seu entendimento da realidade da luta da libertação sul-africana.

Neste sentido, é necessário enfatizar algumas coisas. Em primeiro lugar, deve-se salientar que não existem paralelos fáceis entre a luta contra o sistema do *apartheid*, por um lado, e a questão racial no Brasil, por outro. Mas isto não implica que uma destas coisas não têm nada a ver com a outra, ao contrário. Implica sim a necessidade de brasileiros compreenderem melhor os acontecimentos naquele país africano, para serem capazes de apreender alguma coisa daquela experiência. Sobretudo, implica evitar análises simplificadoras das chamadas lutas tribais. Ultimamente, o papel de Nelson Mandela deve ser avaliado não apenas em termos de um suposto "São Nelson Mandela", um homem-símbolo, mas também em termos de um político vivo, enfrentando uma luta política numa posição de fraqueza tática.

Não há dúvida — quaisquer que sejam o tipo e o grau de discriminação encarada pela população negra tão numerosa do Brasil — de que esta não se baseia, hoje em dia, numa estrutura jurídica sistemática, tal como os chamados "pilares" do *apartheid*. Mas, enquanto estas leis, que tratavam de discriminação no acesso aos serviços sociais, às áreas residenciais separadas, às terras, e de classificação por raças, foram todas revogadas, entre junho de 1990 e junho de 1991, temos agora uma forte esperança de ver, em breve, a tomada de posse de um governo majoritariamente negro na África do Sul, uma coisa que nunca se aproximou de ocorrer no Brasil.

A luta política do povo sul-africano é, na sua essência, uma luta pela democracia, por um sistema político unitário. Assim, as confrontações violentas entre membros da organização negra Inkatha e os do CNA não se podem explicar em termos de rivalidades "tribais". As tribos quase não existem, em nível social, mas tribalismo, sim, em nível ideológico. Durante longos anos, a violência política em grande escala entre negros ficou quase restringida à província de Natal, onde a população negra é exclusivamente da expressão zulu. O Inkatha é um partido essencialmente rural, regional, e com apoio de uma única etnia, os zulus. Os ataques

de Inkatha em Natal nos fins dos anos 80 tinham como alvo principal outros zulus, mas urbanos, empregados, e aderentes do CNA.

Para quem acompanhava a história deste movimento, não foi uma grande surpresa as revelações escandalosas recentes dos pagamentos clandestinos ao Inkatha feitos pelo governo sul-africano. Em princípios de junho, um oficial aposentado do exército sul-africano, que trabalhou nas campanhas de desestabilização eleitoral na Namíbia, em 1989, salientou que o governo estava, conscientemente, a tentar encorajar a violência nos bairros negros, e até forneceu armas ao Inkatha. Logo surgiram evidências destes pagamentos, embora os ministros continuem a negar a compra ou o donativo de armas.

As semelhanças destas atuações às manobras do governo sul-africano no Zimbabwe, Angola e Moçambique são óbvias. A agenda do governo minoritário sul-africano era sempre, e é, simplesmente de manter o controle indiretamente, enquanto é necessário cedê-lo diretamente, isto é, do ponto de vista político. A base da exploração, nas palavras de um analista sul-africano, passará da raça para a classe. Neste processo, a legitimidade do Inkatha como representante do povo negro oprimido fica muito questionável.

O CNA, ao contrário do que foi várias vezes afirmado, não é uma organização dominada pela etnia hosa, embora esteja atualmente fraca em termos eleitorais no Natal. Basta olhar as fotografias da mesa durante as chamadas "conversas sobre negociações" do ano passado. Do lado governamental só homens brancos de 50 ou 60 anos de idade. Do lado do CNA, em pleno contraste, um reflexo do rico perfil demográfico do país, com mulheres, brancos, mestiços, e indianos, além, obviamente, de uma maioria de negros de várias etnias. Neste sentido, lembramos também as palavras do advogado branco, Albie Sachs, militante veterano do CNA, quando numa entrevista o repórter perguntou-lhe por que ele estava a lutar por conta dos seus irmãos negros, ele respondeu: "Luto por mim mesmo porque ninguém está livre na África do Sul enquanto continuar a repressão racial."

O CNA, fundado em 1912, é uma organização bastante realista. Em fevereiro de 1990 enfrentou, de repente, uma situação política absolutamente nova. Sediado na Zâmbia, e com militantes dentro do país vivendo uma situação de ilegalidade, tinha que organizar, simultaneamente, a volta dos exilados e a saída da clandestinidade. Assim, Nelson Mandela se transformou

de um símbolo heróico — cuja própria face não foi vista nem em foto durante 27 anos — em um líder partidário.

Toda a experiência das independências na África leva à conclusão de que a dificuldade maior no que diz respeito às garantias de democracia num determinado país reside na transformação de um movimento de libertação armado num partido político. Porque as grandes virtudes de uma luta armada — nomeadamente disciplina, hierarquia, centralização — se tornam imediatamente em vícios num partido democrático, que precisa de uma diversidade de opiniões e expressão as mais variadas possíveis. Pode ser argumentado que a falha que mais danificou o MPLA de Angola e a Frelimo de Moçambique, nos anos imediatamente pós-independência, foi exatamente o dirigismo, surgindo sobretudo das experiências concretas da luta armada para a independência nacional.

O CNA deve resolver esta questão. Já foi submetido a várias críticas fortes dentro do país, e a reação dos líderes, sobretudo alguns dos velhos, não foi sempre assim muito encorajadora. Mandela, entretanto, entende bem a necessidade desta reformulação. No seu discurso de abertura na Conferência Nacional do CNA, em Durban, em 2 de julho deste ano, afirmou que já que o seu partido nunca concorreu em eleições gerais, "temos de ter as políticas necessárias para apresentar a todo o povo, em uma estrutura organizativa para fazer tudo. Temos de ter idéias claras sobre tais questões como os sistemas eleitorais e a demarcação de distritos eleitorais".

No mesmo discurso, Mandela formulou um apelo para a formação de um governo interino, e para uma conferência interpartidária. O afastamento, exigido há meses pelo CNA, dos ministros Vlok e Malan, considerados, e comprovadamente, os mais responsáveis pela repressão nos bairros negros e pela desestabilização em nível da região da África Austral como um todo podia representar um grande passo para a frente neste sentido, enquanto os dois representaram as tendências mais conservadoras no partido nacional, atualmente no poder.

O significado disso tudo é que Nelson Mandela, que sempre se descreve modestamente como "membro sob a disciplina partidária do CNA" precisa de apoio político, moral, e sobretudo financeiro, dos países democráticos do mundo. O levantamento de sanções pelo governo dos Estados Unidos, anunciado no mês passado, foi feito propositalmente contra a vontade do CNA, e terá um impacto imediato no fortalecimento do lado governamental. Sabe-se também que vários grandes compromissos de apoio financeiro foram feitos durante visitas anteriores, mas nunca se concretizaram. Esperamos que algo semelhante não aconteça esta vez. Esperamos, também, que exista uma base de compreensão mútua entre Brasil e o CNA, para evitar que este importantíssimo encontro não resulte apenas num diálogo de surdos.